



**X Congresso Português de Sociologia**  
*Na era da “pós-verdade”? Esfera pública,  
cidadania e qualidade da democracia no  
Portugal contemporâneo*  
Covilhã, 10 a 12 de julho de 2018

**Secção/Área temática / Thematic Section/Area:**  
**Teorias e Metodologias**

## **Tecnologias e movimentos sociais: novos agentes, velhas perspectivas: das redes virtuais à ação social**

**RODRIGUES, Clayton Emanuel.** Doutorando em Sociologia na Universidade do Minho, professor da Universidade Federal do Oeste da Bahia, Centro de Humanidades.

### **Resumo**

As análises que caracterizam os movimentos sociais contemporâneos como “novos”, por vezes, os analisam com os mesmos velhos instrumentos. Pretendo produzir uma reflexão sobre o arcabouço conceitual para contribuir com a interpretação desses movimentos, e assim compreender o carácter dessa construção não hierárquica, desse movimento difuso e complexo, alimentado por uma criatividade tecnológica, ideias ou instrumentos de divulgação e expressão, particularmente na exposição da grande contradição capitalista que sustenta o sistema financeirizado da riqueza local e mundial. Propõe-se neste artigo analisar aspectos das teorias dos movimentos sociais contemporâneos, quando chegamos à conclusão de uma mudança radical na estrutura dos movimentos sociais contemporâneos, em relação às suas características tradicionais, implicando em novos modelos teóricos, levando a tensões sociológicas, filosóficas e epistemológicas para sua compreensão.

Palavras-chave: Tecnologias de informação, movimentos sociais, ação social, ciberativismo.

### **Abstract**

The analyzes that characterize contemporary social movements as "new" sometimes analyze them with the same old instruments. I intend to produce a reflection on the conceptual framework to contribute to the interpretation of these movements, and thus to understand the character of this non-hierarchical construction, of this diffuse and complex movement, nourished by a technological creativity, ideas or instruments of diffusion and expression, particularly in the exposition of capitalist contradiction that sustains the financial system of local and world wealth. It is proposed to analyze aspects of theories of contemporary social movements, when we come to the conclusion of a radical change in the structure of contemporary social movements, in relation to their traditional characteristics, implying new theoretical models, leading to sociological, philosophical and epistemological tensions for your understanding.

Keywords: Information technologies, social movements, social action, cyber-activism.

XAPS-34722





As transformações nas formas de produção e nas técnicas comunicativas condicionam e interferem nas relações sociais. As mudanças nos meios de produção e de manutenção dos meios de vida impactam as fórmulas de existência e de movimentação das pessoas no mundo social. Semelhantemente, novas técnicas, experimentos e descobertas científicas o fazem em toda cadeia de relações produtivas, nas formas de relações e nas possibilidades de ação social.

A invenção da imprensa, da máquina a vapor, do motor de combustão, do rádio, telefone, telégrafo, imagem e som que impactaram os modos de vida nos séculos passados causaram transformações nos modos de lutas sociais e na transmissão de conhecimentos (Castells, 1997: p.56.). A velocidade das comunicações e a facilidade trazida pela imprensa (editoria) e meios de transportes proporcionaram que as disputas teóricas, os conceitos e teorias sociais em conflitos pudessem circular mais rapidamente entre as classes e pessoas, como também implicaram em outras formas de manifestações públicas. Os novos movimentos sociais têm as marcas das mudanças tecnológicas contemporâneas.

Ao mesmo tempo em que o mundo capitalista concentra renda e produz informação, impõe a robótica e a nanotecnologia na cadeia produtiva e o capital pode ter inversões quase instantâneas ou em tempo real, as tecnologias de comunicação não apenas modificam as fórmulas como possibilitam alternativas comunicativas aos movimentos sociais, além de trazerem à tona a pessoa comum, a pessoa singular, retirando-a do campo da intimidade e da periferia das associações para o centro das relações sociais, para um espaço público gerido, antes, basicamente, por quem poderia mobilizar recursos que fizessem circular sua opinião, posicionamento, no espaço público do mundo republicano. Mecanismo (Foucault, 2008) que chamaremos de filtro social.

Os conflitos entre a produção e os projetos globalizantes com a vida cotidiana, dentro da economia globalizada, reacendem as diferenças entre os mundos que se espera e os mundos que se vive, entre as relações locais e as relações globais, entre a intimidade e o público, bem como faz emergir as contradições e as consequências sociais da imposição de um modelo econômico político excludente, que tende a concentrar mais renda (Piketty, 2013), diminuir as liberdades e recrudescer as leis. Os novos movimentos sociais são resultados dos conflitos trazidos pelos modelos liberais democráticos associados às formas de comunicação que permitem a articulação mais rápida da resistência e, ao mesmo tempo, colocam em xeque o controlo social exercido

pelo Estado liberal capitalista. Nesse artigo procuramos identificar a conjuntura social e econômica em que surgem os movimentos sociais, como também analisar o impacto das tecnologias na redimensão do espaço e tempo de ação das pessoas e das movimentações sociais de resistência, bem como contribuir para a análise da novidade que os novos movimentos sociais supostamente representam. Dessa forma, a primeira parte localiza o modelo econômico e social e suas contradições, bem como se debruça, na segunda parte, às tentativas de respostas teóricas à crise da democracia. Em seguida, como resultado da crise e das modificações de tempo, espaço e acessibilidade provocadas pela inserção tecnológica, analisamos o surgimento dos novos movimentos sociais, concluindo pela necessidade de aprofundar os questionamentos e de se produzir novos suportes teóricos que consigam recolocar no centro das preocupações o surgimento da pessoa singular a atuar no espaço público, a quebrar os filtros e mecanismos de consenso, a definir o carácter adesivo e não hierárquico das novas movimentações sociais em conflito com as formas de filiação e organização permanentes, próprias dos movimentos sociais clássicos.

### **A sociedade civil liberal: conflito e governamentalidade**

O tempo do Estado moderno é sucessivo, instaura-se a partir do aprimoramento de suas próprias instâncias, segundo as exigências das necessidades e contradições objetivas e subjetivas na sucessão histórica, e, no capitalismo, o tempo, para além de sucessivo, produz uma noção inversamente proporcional entre tempo e produção. Desse modo o vínculo à sucessividade, como noção linear de desenvolvimento, indica capacidade de produzir mais em menos tempo sucessivo, distribuir mais em tempo menor, explorar mais em menos tempo possível.

O controle social, para manutenção e obtenção do lucro, sempre foi uma questão. Uma das condições de existências ou pressupostos do sistema capitalista é a expansão de mercados, a internacionalização. Assim, não é a internacionalização em si um problema, mas a internacionalização das tecnologias de comunicação e dos transportes, entre outros, que fazem com que a produção e as finanças (mercado de ações) sejam voláteis, que possam circular em tempo real de um lado para outro, o que tem favorecido, intra capitalismo, uma falta de controle das ambições e fraudes (por isso o moralismo piegas atuais agendando a luta contra corrupção etc.), o que implica a destruição do positivismo burguês clássico (o controle planejado), ou da legalidade da moral capitalista, quando os mercados podem ser sacudidos pelas práticas financeiras

predatórias que rapidamente se espalham como crise por todo o sistema, gerando mais lucros às custas dos mais pobres. Na outra mão, os movimentos sociais também surgem rapidamente, sem que o Estado tenha tempo apropriado para controlá-lo. Talvez essa seja uma das questões colocadas ao capitalista (e aos Estados capitalistas dominantes) como condição de controle para a manutenção do sistema.

Tanto Giddens (1991; 2007) quanto Habermas (2003) apontavam para a necessidade do redimensionamento do sistema de participação social no Estado. De certa forma, embora diversamente, Santos (1998) também, quando pretende a democratização da democracia ou uma nova ecologia social. Nesse sentido, o controle e a institucionalização da sociedade civil é fundamental para a formação de um sistema global de comando ou metagoverno, como refere Jessop (2005). O problema está no que se considera sociedade civil e o que seja, de fato, empoderamento. Pois é no corte que define qual seja a sociedade civil legítima e quais as ações que estão fora de um certo perfil de democracia global e de oposição admitida ou modo e estilos de vida e credos que orientam os que sejam considerados movimentos legítimos, dignos de reconhecimento e de empoderamento social. O campo da legitimidade separa Santos (2006) de Habermas (2003) e Giddens (2007), por exemplo. Para o primeiro, embora defenda a democracia, ela lhe parece mais do que insuficiente e seus pressupostos estão em questão, além de não serem homogêneas as formas democráticas, o que implica a deslegitimação do conceito totalizador. Giddens (2007) também considera a democracia atual insuficiente, mas porque perdeu o controle da legitimidade, e rejeita as formas que colocam em risco seus pressupostos, de tal modo que, assim como Habermas (2003), vê na institucionalização flexível (ou seja, a partir do comando central do Estado democrático) das autonomias comunicativas deliberativas, a fórmula de recuperação do controle da intimidade e, portanto, do social.

O conceito de globalização traz em seu bojo, senão como fim, ao menos como meio de melhor controle das diferenças políticas econômicas cruciais e antagônicas a combater, para garantir a preponderância do sistema econômico capitalista global como sistema único e integrado na sociedade de mercado, referendadas pelas teorias democráticas iluministas ou liberais, tornando-as, universais, portanto, basilares para todas as sociedades, nas quais as condições de participação e acesso às riquezas são diferenciadas entre os países e entre as populações e classes dentro deles (Ribeiro, 2017). Essa mentalidade totalizante, essa construção tática e estratégica dos conceitos

que devem circular e operar entre governantes e governados fazem parte do que Foucault (2013, 1994) chamou de governamentalidade, forma instituições, define procedimentos, esquadrinha as possibilidades e conjuga autonomia com governo. De tal modo que a autonomia está vinculada a uma circularidade de verdades que definem as escolhas dentro das possibilidades pré-definidas, se considerarmos que nenhuma autonomia atinge a liberdade de escolha fora das condições em que existe, das possibilidades dadas e das regras em que é possível tal autonomia. Por isso autonomia em vez de liberdade. Assim, a autonomia é gerida pela administração da escolha dentro de alternativas já definidas ou anteriormente dadas, preferível à ideia de liberdade, e pode ser, enquanto relações poder, exercida à distância.

*O trabalho de Michel Foucault sugere um conceito de governo e governança que refuta os pressupostos dicotomizados convencionais sobre a sociedade civil e estatal. O governo, como ele chamou, é “o conjunto formado pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas, que permitem o exercício desta forma de poder muito específico, embora complexo, que tem como alvo a população”. O ato de governo, portanto, não é algo empreendido por instituições e indivíduos que detêm o poder sobre a sociedade. Pelo contrário, a governança permite o governo à distância, assim como as doutrinas da governança global prescrevem. (AMOORE & LANGLEY. 2004, p.101)*

Cooptar a sociedade civil não é mais apenas levá-la a participar de forma direta do governo (participativo), mas fazer circular as ideias de autonomia, de mercado, de necessidade de gestão centralizada, dentro de um campo de verdade, ou razão, onde as ciências, as universidades, as escolas, as casernas, os códigos civis e penais, os conceitos abstratos de direitos e dignidade humanas, as constituições, atuam como formas de circulação e efetivação da verdade legitimada institucionalmente, que permite governar de longe, “à distância”. Dessa forma, as ideias ou ações que saem fora do padrão de verdade são logo avistadas e colocadas sob o foco da luz do devaneio, do idílico ou passam a soar como underground, subterrâneas, em outras palavras, impossível como política para todos.

Nesse diapasão, a criminalização do movimento social alternativo ou não colaborativo ou das forças em guerra aberta contra o Estado, como em partes da África (guerrilhas como as do norte do Mali), Brasil (táticas *Black Bloc*) ou México

(Zapatismo), por exemplo, dependerão do grau de comprometimento daqueles movimentos com a governamentalidade lida em seus discursos. Um movimento que pregue direitos formais, dificilmente será criminalizado, ao contrário, haverá de receber, mesmo sob pena de vínculos morais, a autorização informal de funcionamento. Aqui o problema de exemplificação não implica oposição deste articulista a este ou aquele movimento. O movimento sindical formal quando luta pelas seis horas diárias de trabalho no Brasil é tido como legítimo, mas é criminalizado quando se utiliza de táticas que colocam em risco o poder de polícia do Estado ou a posse dos meios de produção pelos capitalistas. Da mesma forma, o movimento pelo casamento e direitos homoafetivos são bem-vindos, mesmo que demorem para terem legalidade formal, ou seja, até que as suas reivindicações sejam votadas e tornadas leis. Mas se esses movimentos discutem o fim da normalização e normatização estatal dos comportamentos, será defenestrado. Aceitável é a igualdade formal: o que está dentro do conceito de governamentalidade deve circular. Todos são iguais perante a lei, e assim, cada um que faça circular uma ideia que reforce ou reponha os conceitos fundamentais ou periféricos do Estado liberal são vistos como dentro de movimentos legítimos, que chamo de colaborativos.

### **A reação burguesa às redes**

As redes sociais e as TIC se tornaram efetivamente um problema de segurança do Estado soberano. A normalização das redes e do acesso passou para a agenda política dos países, em geral. Os parlamentos do mundo todo se debruçaram sobre as liberdades, as economias, as vigilâncias das redes. Desde de programas de vigilâncias até software de intervenções e identificação das atividades em rede foram alvo dos interesses dos países, além, é claro, da normatização do uso, restrição de acesso, codificação penal e civil etc, não apenas para controlar, mas também para poder participar do processo, criar mensagens, *fakes*, disputar o campo das informações, da contra ação e reação institucionais.

A esquerda institucional ou da ordem teve dificuldade em se adaptar às novas formas de intervenções sociais advindas do uso das TIC. Vinculados à tradição de movimentos ligados às ações organizadas em entidades, inicialmente consideraram, erradamente, as redes sociais apenas como meios de propaganda de sua linha política. Já a ultradireita, desligada daqueles movimentos, mais adaptada às formas empresariais que utilizam na



produção as formas computacionais, viram nas TIC a possibilidade de disputarem o campo popular, seja através da expressão clara de seus interesses, em meio a uma crise moral e institucional, seja através de *fakes* ou organização de grupos de pessoas que intervêm nos grupos e redes sociais existentes. Também o campo religioso vai adaptando-se às novas formas comunicativas procurando intervir diariamente na vida das pessoas através de instrumentos como o *Whatsapp*, *Instagram*, *Youtube* etc, produzindo um campo de templos estendido de conservadorismos políticos e religiosos, para além dos templos concretos e dos partidos existentes.

Por outro lado, o que se está chamando de quarta revolução industrial, a 4.0, propõe, como projeto de modelo econômico, a completa transformação da matriz produtiva e das formas de distribuição e produção de mercadorias e, com elas, das relações de trabalho e consumo. A contradição imposta ao capital, com mudanças inclusive das estruturas das cidades e do comércio, definem um tempo conturbado entre os interesses da elite econômica dominante em contradição com a maioria efetiva da população mundial. Os novos movimentos sociais surgem nesse contexto global.

### **As tecnologias e os movimentos sociais: origens e trajetos**

Um dos primeiros movimentos sociais com utilização de tecnologias de informação foi o protesto contra a reunião da OMC, em 1999, pela rede web e mails, IRC, em Seattle, e a partir daí essa perspectiva de protesto, convocado via TIC se visibiliza e consolida. Porém, já em 1997, é utilizada pela Ação Global dos Povos, que, segundo diz Ortellado, em entrevista ao Coletivo DAR,

*no Segundo Encontro Intergaláctico pela Humanidade e Contra o Neoliberalismo, dos Zapatistas, surgiu a ideia de fundar a Ação Global dos Povos (AGP), que era confederar os movimentos sociais de base voltados para a ação direta, para organizar globalmente uma oposição ao neoliberalismo* (Ortellado, 2013: s/p. on line)

Deve-se levar em consideração também a surpresa, à época, da massiva presença na manifestação de Seattle. Vejamos a descrição da jornalista Maria Luíza Mendonça, no jornal Correio da Cidadania:

*Um aspecto interessante na organização desses movimentos é seu caráter descentralizador. Nenhuma instituição em particular assumiu o controle da*

*estratégia de ação em Seattle. Na verdade, táticas e temas diferentes contribuíram para a construção de um modelo no qual os diversos grupos participaram de forma que a agenda de um "complementava" a dos outros. Não se ouviu falar em grandes lideranças "comandando" os protestos. (Mendonça, 30/11/1998, ed. 173. Correio da Cidadania)*

A auto reflexibilidade nas redes permitiu que um grupo de mídia independente, o *Indymedia*, que surgira apenas para reunir vários grupos no objetivo de fomentar a manifestação contra a OMC, tornar-se uma resposta às mídias corporativas e sua cobertura parcial dos acontecimentos de Seattle e, em pouco tempo, organiza-se em 82 países (<https://indymedia.org/or/static/about.shtml>).

Alguns estudiosos localizam outro período para início desses “novos movimentos”. Sparapani (2011) relaciona-os como característicos da globalização, através do rompimento das fronteiras geopolíticas e o fato de os movimentos sociais adquirirem essa característica global, ou seja, vê no fenômeno da globalização capitalista a causa para o surgimento desse “novo” movimento, que extrapola o local onde é produzido para influenciar em nível global. Para ele, isso se dá especialmente a partir de 2008, porque identifica tais acontecimentos com a primavera árabe.

Seja como for, rompendo ou não fronteiras locais, os movimentos sociais se recontextualizam resignificando o que Touraine (2006) caracterizou como identidade dos movimentos sociais: a identidade, a oposição e a totalidade. Nestes movimentos atuais as identidades são diversas, as oposições são divergentes e ou complementares e as propostas parciais e polissêmicas.

Seja no norte da África, na Primavera Árabe, em Espanha, Portugal, Irlanda, Grécia, Brasil ou mesmo em *Wall Street*, não é possível perceber apenas uma construção não hierárquica ou outra institucionalizada de movimento social. Percebe-se um movimento difuso e complexo que, conforme Alves (2011) nos aponta, vai além da influência tecnológica, traz em sua diversidade social tantos perfis quanto objetivos, mesmo que articulados por um “um vetor intelectual-moral radical”, utilizando de forma criativa tecnologias e ideias ou instrumentos de divulgação e expressão de seus interesses, particularmente quanto à exposição da grande contradição capitalista: a miséria majoritária que sustenta o sistema financeirizado da riqueza capitalista. Esses

movimentos em sua maioria defendem a democratização radical, como refere Alves “Enfim, trata-se do denso e vasto continente do novo (e precário) mundo do trabalho e da proletariedade extrema que emerge no bojo dos “trinta anos perversos” de capitalismo neoliberal (ALVES, 2012: s/p. *on line*)

Sparapani (2011) vai chamá-los de movimentos sociais internacionais contemporâneos e identificar três focos distintos conforme seu núcleo central. Assim a democracia será o foco no Oriente Médio e no Norte da África; a busca do rompimento da hegemonia política e físico-econômica vai ser o pano de fundo nos Estados Unidos e, na Europa, o estopim são as políticas de ajuste econômico, ou ainda, conforme Alves (2011), para além da crise econômica identifica-se uma crise política na qual partilham do mesmo cenário uma estrutura partidária alimentada pelos interesses financeiros, uma intelectualidade que constrói apenas um discurso ético e uma esquerda institucional e da ordem que apenas compõem um suave contraponto ao e no próprio sistema, cada vez mais preocupada com questões de identidade, desinteressando-se dos trabalhadores. E é esta crise que se constitui no cenário dos novos movimentos sociais, que leva Alves (2011) a perguntar:

*até que ponto seriam eles efetivamente capazes de fazer história numa perspectiva para além do capitalismo que, em si e para si, é incapaz de incorporar as demandas sociais do precariado, tendo em vista a nova fase do capitalismo histórico imerso em contradições sociais candentes?* (Alves, 2011, s/p).

Neste cenário a *mass self-communication* ou intercomunicação individual de Castells (1997; 2010) produz um compartilhamento contínuo desse movimento social de resistência e revolta para fora do controle dos institutos sociais, mesmo ainda quando sob influência midiática do poder social e econômico dominante. Se bem que, apesar do compartilhamento “livre” de conteúdos, de outras perspectivas e de projetos alternativos, mantém-se o poder capitalista entranhado à própria necessidade de exposição de suas contradições, em um cenário onde tanto um (os movimentos emancipatórios) quanto outro (o capitalista) ainda possuem grande capacidade de rearticulação, ainda que, para muitos estudiosos, esses novos movimentos sociais careçam de estratégia e ideologia permanentes para uma possibilidade de acúmulo para mudanças.

É possível verificar não apenas a influência contraditória das tecnologias *real-time* no

processo de produção capitalista global e deslocamento dos capitais, força de trabalho e impacto no processo de acumulação capitalista, mas também no surgimento de uma forma de comunicação entre as pessoas, de difícil controle, que faz fluir conhecimentos, informações e ações de um lado a outro instantaneamente (Levy, 1999), com repercussão na organização dos movimentos sociais contestatórios da modernidade, do capital, da burocracia estatal e da própria globalização, paradoxalmente.

O domínio das formas de socialização do conhecimento e dos significados, até meados dos anos 70, quando se iniciou, de forma mais efetiva, novas mudanças tecnológicas, esteve completamente nas mãos dos dominantes sob a forma das corporações de comunicação e educação privados e sob a forma do Estado, empresas, sindicatos etc.

Duas questões importantes, entre muitas, advindas da revolução tecnológica são: 1) a possibilidade de a construção de significados feitas pela pessoa singular ser partilhada socialmente de forma ampla e 2) a diminuição do tempo levado pela pessoa singular para conhecer alguma coisa. Esse tempo era mais lento porque dependia dos meios formais de transmissão, de posse dos grupos sociais organizados (sindicatos, associações, ONG etc), das corporações do mercado e do Estado. Esses intermediários eram os que recebiam em primeira mão o conhecimento e eram eles, primordialmente, que partilhavam e redefiniam os significados contidos neles.

De forma geral, mudou o tempo em que um indivíduo sozinho, “isolado”, tomava conhecimento de certa informação, relativamente ao tempo em que as organizações (coletivos, figuras jurídicas, Estados) tinham conhecimento da mesma informação. Mas não apenas, também a possibilidade e o tempo de a pessoa se pronunciar e partilhar seu posicionamento, de esquerda ou de direita, acelerou-se.

Do mesmo modo, antes apenas os coletivos organizados reuniam força econômica e social, infraestrutura e superestrutura para terem suas posições levadas a grandes distâncias e a muitas pessoas em menos tempo. Por esse motivo, tanto a burguesia, quanto sua oposição (proletários ou não) organizaram-se formalmente em grupos e coletivos formais (enquanto expressão abstratas de interesses organizados com algum recurso) e assim conseguiam, mais do que qualquer pessoa singular, levar suas posições para toda parte.

Estamos a considerar a hierarquia nos grupos e as vozes submetidas dentro deles como *mecanismos de contenção da diversidade* ou *filtros de consenso*, sugerido, em parte, pelos termos de Bourdieu,

*as diferentes classes e frações de classes estão envolvidas em uma luta especificamente simbólica para impor a definição do mundo social mais consistente com seus interesses; O campo das posições ideológicas reproduz o campo das posições sociais, de forma transfigurada [3]. Eles podem prosseguir esta luta, quer diretamente, nos conflitos simbólicos da vida cotidiana, ou de forma indireta, através da luta entre os especialistas da produção simbólica, pelo monopólio da violência simbólica legítima, até mesmo inculcados) instrumentos de conhecimento e expressão (taxonomias) da realidade social, que são arbitrários, mas não reconhecidos como tais. (Bourdieu: 1979. p.80).*

As estruturas tecnológicas e os mecanismos sociais anteriores impossibilitavam a pessoa isolada de partilhar seus significados e seus interesses e, ao contrário, davam condições aos indivíduos coletivizados dentro de uma organização formal a produzirem uma média das posições de seus componentes, como resultado ao filtro do voto, crivo da correlação de forças e da hierarquia interna ou outros meios de filtros.

A aparição da pessoa isolada como ativa no processo social surge como um espectro assustador para as ciências e para as formas de controle social do Estado soberano, porque questiona toda estrutura montada e pensada até então, seja de intervenção, seja de análise. Tais estruturas se baseavam na construção partilhada de noções, informação, teorias através de coletivos (ou centros) e na luta política pelo poder através de organizações estruturadas, segundo uma forma tradicional (associação) e como representantes de interesses que determinam ou influenciam diretamente na construção e manutenção de significados, ideologias, hábitos, pensamentos, saberes, funcionando como verdadeiros filtros e mecanismos de produção do “consenso”. Parece fora do campo das dúvidas algumas questões que são repetidas em quase todas as análises que se lê sobre o momento social contemporâneo. Com fundamentos diferentes, muitos afirmam estarmos assistindo ou participando do que se chama de “novos” movimentos sociais. Outros acoplam esses “novos” movimentos sociais à ideia do impacto tecnológico, notadamente dos meios comunicativos, dessa forma veem tais movimentos como consequência ou derivados da mudança tecnológica. Os movimentos sociais não são consequências das novas tecnologias, mas modificam sua forma de ação a partir das novas condições comunicativas que as tecnologias trazem, assim como foi com a invenção da imprensa, da máquina a vapor, trem, telegrafo, telefone, forma novos recursos. Melucci, em 1989, já considerava que “uma discussão da estrutura teórica de

análise não é só um exercício preliminar, mas uma condição para um entendimento satisfatório dos movimentos contemporâneos (1989: pg. 50) e que nem uma teoria da dualidade isolamento/solidariedade (Tilly, 1975 e Useem, 1980, apud Melucci, 1989) ou explicações nos termos do binômio estrutura/motivação (Webb, 1983, apud Melucci, 1989), seja como resultado sócio-histórico, seja como crenças pessoais, seja como mobilização de recursos (basicamente organizacional) (Olson: 1965; Oberschall, 1973, McCarthy; Zald (1973), Gusfield: 1970 e Tilly (1978), dificilmente responderiam aos novos desafios de análise.

### **Escrutinando o que há de novo**

Talvez o problema seja antes de tudo definir porquê algo é novo (Gohn:1997). O que de fato separa o novo do velho? Podem os antigos e ainda atuais (velhos?) instrumentos, conceitos e métodos serem ferramentas produtivas na análise do que se chama de novos movimentos ou, ao contrário, os novos movimentos sejam novos exatamente porque estão em contradição com as velhas ferramentas de análise e, por isso, tais análises os chamam de novos? Ou ainda, será que os novos movimentos são apenas novos por que agora são visíveis? Se sim, o que os tornou invisíveis todo esse tempo? Há então a possibilidade de que as disputas sociais e teóricas que culminaram com a vitória, por exemplo do republicanismo, tenha sufocado tais movimentos que só tiveram condições políticas e sociais para se manifestar nesse momento? Se sim ou se não, por que razão?

A palavra “movimento” tem um significado particular quando se trata de definir uma atuação social e política. Talvez seja preciso caracterizar como os autores que tratam os “movimentos” contemporâneos como novos entendem por movimento, que em geral significa a atuação de um grupo social organizado que objetiva conquistar reivindicações e ou produzir mudanças sociais, nos termos dos binômios acima elencados e das contrações de classes. Têm uma relação com permanência e organização estruturada de recursos. Talvez seja necessário questionar se essa ideia de movimento se encaixa nas ações sociais contemporâneas. Naqueles ainda se trabalha com uma ideia associativa, própria do século XIX, enquanto nos novos movimentos a adesão substitui o associativismo, a luta pelo ou a favor de mudanças no poder e na deliberação são substituídas pela luta contra o poder e a hierarquia.

No entanto, existem movimentos clássicos e grupos sociais permanentes dentro das novas ações sociais difusas e tampouco desapareceram totalmente as condições sociais

que ergueram os “velhos” movimentos estruturados. Assim, as ações e movimentos clássicos convivem com um movimento aleatório, desorganizado, sem militantes específicos ou fronteiras claras e com objetivos tão difusos quanto sua forma e aparecimento. Ações semelhantes eram antes consideradas como movimentos espontâneos, sejam eventos como as manifestações camponesas na Rússia de 1905 ou um linchamento efetuado pela população, considera-se “*a adesão (tais) aos movimentos seriam respostas cegas e irracionais de indivíduos desorientados pelo processo de mudança que a sociedade industrial gerava*” (Gohn, 1997: p.24). A desorganização não era totalmente compatível com as teorias dos movimentos sociais e sempre implicou ser de difícil análise porque se os considerava no campo da irracionalidade, até porque tais acontecimentos fugiam das probabilidades analíticas cronológicas de previsibilidade:

*En el momento en el cual el empuje del movimiento obrero y de sus primeras organizaciones de masa se vuelve más amenazante para el orden burgués, los análisis de Le Bon y de Tarde proponen una imagen irracional y caótica de la multitud. En ellos la capacidad individual y la racionalidad de los individuos son sojuzgadas por la sugestión colectiva: las características de la “psicología de la multitud” son la credulidad, la exasperación de las emociones y la tendencia a la imitación. Las multitudes son, pues, manipuladas por minorías de agitadores y se manifiestan en forma irracional y violenta bajo la influencia de la sugestión (Le Bon 1895 y 1912 y Tarde 1890 y 1901) (MELUCCI, 1999: p. 23).*

Tradicionalmente os movimentos sociais, assim como os grupos sociais, são organizados, partilham da ideia de algum interesse comum, conseqüentemente, a pessoa para agir deveria estar inserida dentro desses grupos de interesses que constroem movimentos (institucionais ou não) com os quais se “identifica” para agir. Aprendemos a pensar que era necessário antes estar em um grupo ou movimento organizado, porque para a “pessoa realmente existente” (Rodrigues, 2014), como unidade perdida na comunidade, só era possível agir através desses filtros sociais, de entidades mediadoras e formativas materializadas em grupos organizados: sindicatos, partidos, movimentos, associações de defesa econômica, social ou militar.

Refiro (2014) a presença da pessoa realmente existente fugidia do padrão abstrato de tratamento dado pelas metodologias de investigação e pesquisas sociais

contemporâneas baseadas nas contradições de interesses entre indivíduos, sociedade e Estado. Há muitas tentativas de acessar, através da análise, a pessoa realmente existente, ou seja, um indivíduo não abstrato, considerado em suas ações singulares (a biografia, a teoria das trajetórias, a história de vida e mesmo alguns estudos de caso ou a teoria foucaultiana que busca fugir de uma identidade construída ao longo da história) porque, antes, seria necessário introduzir ou observar a quebra do filtro da diversidade e romper em parte com os mecanismos de contenção do diverso e produção do consenso construtor de uma realidade mediatizada para considerar outras mais efêmeras e difusas, por fora de centros decisórios ou de identificação categórica, visto que os novos movimentos e suas ações sociais de protestos carecem e fogem de centralidade política dos organismos mediadores da participação individual e se realizam na forma de adesão contra a forma tradicionalmente associativa, desconsiderando assim a tese do processo acumulativo, via linha política definida. Daí a dificuldade em encontrar estudos que abordam a questão da “singularidade-particularidade”, considerando as novas sociabilidades construídas a partir do uso e criação de formas de comunicação pessoal-social em redes virtuais que rompem ou insinuam romper os filtros sociais tradicionais das associações (sindicatos e instituições associativas), das empresas (livre mercado) e do Estado (República e democracia), ainda prevalentes.

Há os que consideram a crise da democracia como de legitimidade procedimental, que implica processos de participação do fazer deliberativo a partir de uma análise estrutural ou sistêmica (Habermas, 2003; Giddens, 1991), explicando assim os rompantes protestantes como advindos dessa dificuldade de integração comunicativa no seio da democracia moderna. De alguma forma, parece a esses que o problema da democracia participativa amarrada por procedimentos rígidos e uma fórmula republicana clássica de representação, associada a um conteúdo econômico liberal, com sua marca da defesa de direitos formais e abstratos de um indivíduo abstrato, o cidadão, sejam os fatores preponderantemente produtores e materializadores dos “novos” movimentos sociais que reivindicariam não apenas a realização concreta do direito formal mas, sobretudo, o reconhecimento pelo Estado da existência das demandas das minorias por deliberação, maior participação no processo de governabilidade, definição das políticas públicas (Sousa: 2003; Psimitris: 2011).

Tais visões focam no Estado ou na comunidade, no global e no local, vistos a partir de Hegel, na tensão aposta entre o indivíduo e o social (coletivo) e lá procuram



identificar os “novos” movimentos sociais interpretando-os como o fundamento da identidade (local) a pleitear reconhecimento pela sociedade, comunidade ou Estado (Taylor: 2007; Santos: 2003, Melucci & Avritzer: 2000; Eisenstadt: 2000).

De forma geral, são essas as perspectivas centrais de análises sociológicas em cena. Porém há ainda outras perspectivas, estas mais enraizadas na luta social, vindas do jacobinismo, marxismo e deságuam entre socialistas, comunistas e anarquistas clássicos que partilham, de alguma maneira, a interpretação baseada nas lutas entre as classes. Embora com formas e objetivos diferentes, essas tendências trabalham com o antagonismo de classe como motor da história (luta de classes baseadas na contradição econômica entre capital e produtores) e analisam os novos movimentos sociais à luz desses antagonismos, produtora teórica das estratégias tradicionais dos movimentos proletários à esquerda do espectro político. De modo genérico, podemos arriscar junto com Melucci (1989) que *“a abordagem atual dos movimentos sociais está baseada na suposição de que os fenômenos empíricos de ação coletiva são um objeto de análise que é unificado e significativo em si próprio e que pode dar, quase diretamente, explicações satisfatórias sobre as origens e a orientação de um movimento”* (p. 56).

Concomitantemente, não são poucos os teóricos que repetem que os métodos atuais não dão conta de analisar os novos movimentos (Estanque, 2014) e há uma certa procura, espelhada na crise das ciências sociais, por novos métodos (Kilgore, 1999; Bourdieu, 1994; Alexander, 1993).

Os novos movimentos desprezam a identidade permanente, a organização estrutural como totalização e se deslocam continuamente no campo dos interesses, além de não terem carácter associativo, mas adesivos. Quando alguns pretendem e efetivamente tornam uma dessas ações organização permanente e politicamente definida em seus interesses, com formas associativas, ela perde força mobilizante e acaba por desaparecer lentamente. Daí as dificuldades em entender, a partir da análise tradicional, os pressupostos que possibilitaram os combates em dezembro de 2008 na Grécia, as manifestações na Turquia ou “o mundo sem catraca”, no Brasil, em junho de 2013.

Os esforços de Melucci<sup>i</sup> (2000) e de Kilgore (1999) indicam uma mudança, uma procura, no entanto, ainda têm como substância antigos paradigmas (Estado, democracia, coletivos, indivíduos abstratos) que se apoiam sobre uma noção de coletivo que, se ainda existe e tem alguma importância, não dão conta dos acontecimentos atuais e compreendem (talvez porque seja antigo o texto e os conteúdos envelhecem muito

rapidamente) uma necessária mediação na distribuição e processamento das informações e, por consequência, na formação dos significados:

Para Melucci (1996), a sociedade é hoje cada vez mais uma sociedade da informação na qual todo o significado é construído através da produção e processamento de informações. O potencial e as ações do indivíduo são numerosas e diversas; pode-se pertencer a muitas outras instituições e grupos do que nunca. A tensão resulta do fato de que indivíduos e grupos locais recebem mais recursos de informação com os quais se identificar, mas (dimensões) tradicionalmente consideradas como privadas 1/4 ou subjetivas 1/4 ou mesmo biológicas 1/4 são cada vez mais reguladas e manipulados pelos " aparelhos técnico-científicos, as agências de informação e comunicação, e os centros de decisão que determinam as políticas" (Melucci 1996: 101) que são consideradas necessárias para manter a ordem social em um mundo altamente diferenciado. (Kilgore, 1999, p.199)

Ocorre que mais e mais os indivíduos se conectam diretamente e diariamente entre si, e sem a possibilidade real de controlo estatal ou do mercado. Mais e mais as decisões não são feitas através de grupos e os grupos acabam sendo surpreendidos pela potencialização da pessoa singular que monta grupos temáticos híbridos que só tem valor até o acontecimento proposto, e se formam tão instantaneamente quanto se desfazem. Mantém, entretanto, relações de vínculos individuais entre as pessoas, permitindo o crescimento da rede de relações individuais. Uma pessoa hoje pode chamar uma manifestação e ela ocorrer com milhares de pessoas e em dezenas de lugares do mundo. O que era impensável. Inclusive porque, em certo momento, ela, a pessoa singular, perde o controle da própria proposta que fez.

Tais acontecimentos não são isolados, fazem parte de um conjunto de mudanças que se operam no mundo.

O conceito e a prática da democracia no século XXI talvez passem pelos seus maiores desafios, enquanto termos ligados ao iluminismo e as liberdades de mercado: democracia e mercado; partidos e pluralismo; Estado e divisão de poderes são hoje pressupostos denominadores comuns, como dizia Wrigth Mills (1972) sobre os pensamentos prevalentes em determinado tempo histórico. Mesmo não sendo determinista, é quase impossível perceber a democracia fora das bases econômicas

capitalistas em que se ergueu. Talvez isso pressuponha que uma nova forma de organização social e outra sociabilidade tragam consigo novos modelos de produção e distribuição dos bens, novas formas de percepção da vida, de ideia de desenvolvimento social e ambiental e “progresso” científico, questionando na raiz as bases em que se erguem as ciências, a filosofia pós iluminista e suas derivadas: sociologia, psicologia, física, entre outras, mesmo que se tenha como suporte a ciência antiga ou normal (ciência normal é termo cunhado por Khun, 1995).

### **Conclusão**

O foco analítico em coletivos formais, os conceitos de sociabilidade, de produção e transmissão de cultura, voltados para uma noção de Estado e democracia como herança iluminista e capitalista está em crise, talvez uma crise definitiva. Nossa discussão procura outras maneiras e métodos de olhar. Não é possível analisar os novos movimentos partindo apenas de uma ideia de organização mediatizadora das relações sociais que conferem ao poder político nos organismos sociais a capacidade de gerir e filtrar através das correlações de forças internas a si próprios, a diversidade, se utilizando do mesmo mecanismo democrático de prevalência da força das maiorias sobre as diversas minorias, mesmo que circunstanciais. Há uma diferenciação entre os movimentos clássicos e essas movimentações sociais, porque são de outro tipo. As unidades temáticas que possibilitam a ação são configuradas em pautas mais ou menos momentâneas, dispensam a mobilização de recursos permanentes e são definidas por ações individuais que se interconectam em redes e se realizam por adesão na vida social. Talvez seja exatamente os movimentos difusos não filtrados, não-localizáveis, não-hierárquicos, horizontais e adesivos, a partir da pessoa, - embora inclua o coletivo, com propostas diversificadas, porque sem o filtro dos mecanismos de consensos - sejam as fortalezas dos novos protestos sociais que, ao mesmo tempo que os tornam fora de controle, os capacitam a romper com o *script* da ideia organizativa do Estado e da barbárie econômica capitalista que prezam pelo controle e pela ordem, se constituindo assim não somente como um processo de resistência e rebeldia difusas, atípicas da história do próprio capitalismo, mas uma ação que não sonha com a cumulatividade específica de uma organização, que não seja localizável e identificável, podendo ser, nesse sentido, capaz de acumular socialmente de forma difusa outro conteúdo, diverso, diferente, um outro texto, um outro argumento em contraposição ao jacobinismo e ao

fim da história, que definiu o projeto iluminista de poder, a sociedade e o mercado como últimos e derradeiros *devoir* humanos. Um olhar que tenha a pessoa singular como foco, que evita as médias reducionistas, que relativiza ainda mais os papéis dos coletivos estruturados e das instituições e que observa as ações sociais (ou coletivas) como produtos de vários e diferenciados interesses individuais, que ao mesmo tempo estão unidos para poder promover a ação no espaço público, e, em seguida, se dissolvem, ou mesmo não aparecem como movimento organizado. Hoje, efetivamente mais do que antes: “tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar” (Marx; Engels, 1998: p. 43).

### **Nota:**

Por decisão pessoal, o autor do texto não escreve segundo o novo acordo ortográfico

---

<sup>i</sup> Melucci considera que “A análise deve se concentrar no processo através do qual os atores produzem uma definição interativa e compartilhada dos objetivos de sua ação e do campo em que devem ocorrer. Esta é uma declaração de objetivos, o que significa a ênfase nos fins e no significado, enquanto a noção de um campo se refere às possibilidades e limites em que os objetivos são perseguidos. A definição que os atores produzem não é uma representação, nem o reflexo do determinismo estrutural. É um processo relacional ativo. Eu chamo isso de "identidade coletiva" (Melucci, 1984, 1989), embora não esteja inteiramente satisfeito com este termo que parece extremamente estático e não explica o processo de construção social, que é a dimensão a enfatizar. A identidade coletiva é definida e negociada através de uma ativação das relações sociais que conectam os membros de um grupo ou movimento. Isso implica a presença de quadros cognitivos, de interações densas, trocas afetivas e emocionais. O que mantemos juntos na forma de um "nós" nunca é completamente traduzido na lógica de um cálculo de fins-fins, ou de uma racionalidade política, mas sempre traz consigo as margens da não-negociabilidade nas razões e formas de agir juntos. A questão é, portanto, como nos tornamos um nós?

### **Referências Bibliográficas**

- ALEXANDER, Jeffrey C.; SMITH, Philip. (1993). The Discourse of American Civil Society: A New Proposal For Cultural Studies. *Theory and Society* 22 (2): 151–207.
- ALVES, Giovanni. (2011). Ocupar Wall Street e depois? *Revista Carta Maior*: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Ocupar-Wall-Street-e-depois-%0D%0A/2/17889>. Acessado em 14/10/2014
- AMOORE, Louise and LANGLEY, (2004). P. Ambiguities of global civil society.’, *Review of international studies*. 30 (1). pp. 89-110. p. 97.

BERRÍO PUERTA, Ayder. (2006). La perspectiva de los nuevos movimientos sociales en las obras de Sydney Tarrow, Alain Touraine y Alberto Melucci\*Estudios Políticos No.29. Medellín, julio-diciembre 2006 219-236.

BOURDIEU, P. (1994). Symbolic Power Critique of Anthropology 1979:4:77. The online version of this article can be found at: <http://coa.sagepub.com>.

BOURDIEU, Pierre. (1994). Bourdieu: Sociologia. São Paulo: Atica.

CASTELLS, Manuel.(1997). La sociedad em Red. Cambridge: Wiley-Blackwell.

\_\_\_\_\_ (2010). The rise of the network society. 2 ed. v.1. Oxford: Wiley-Blackwell.

\_\_\_\_\_ (1997): La era de la información. Economía, sociedad y cultura (Vol. 1: La sociedad red). México, Madrid, Alianza.

GOHN, Maria da Glória. (1997). Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos. Edições Loyola. São Paulo.

EISENSTADT, S. N. (2000). Multiple modernities. Daedalus 129: 1-29; Research Library Core.

ESTANQUE, Elísio. (2014). Rebeliões da classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013). Revista Crítica de Ciências Sociais 103: 53-80.

FAYOL, Henry. (1989) Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle. 10 ed. Trad. Irene De Bojano e Mário de Souza. Atlas. São Paulo. 132 p.

FOUCAULT, Michel.(2003). Estratégia, Poder-saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária. Ed. Gaullant, 1994.

\_\_\_\_\_ (2008). Segurança, território, população : curso dado no College de France (1977-1978) / Michel Foucault; edição estabelecida por Michel Senellart sob a direção de Francois Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão;

revisão da tradução Cláudia Berliner. - São Paulo : Martins Fontes, 2008.- (Coleção tópicos). Título original: Sécurité, territoire, population.

GIDDENS, A. (2007). Mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record.

GIDDENS, Anthony . (1991). As conseqüências da modernidade /Anthony Giddens; tradução de Raul Fiker. -São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HABERMAS, Jürgen. (1997). Direito e democracia: entre a faticidade e a validade. Volume 2. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

HOPE, Wayne. (2009). Conflicting Temporalities : State, nation, economy and democracy under global capitalism. *Time Society*. 2009,18:62. The online version: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/jessop-eu-transformations-statehood.pdf>.

JESSOP, Bob. (2005). The European Union and Recent Transformations in, Transformations of Statehood from a European Perspective, Cambridge: Cambridge University Press. 2005.at  
<http://www.lancaster.ac.uk/sociology/research/publications/papers/jessop-eu-transformations-statehood.pdf>.

KHUN, Thomas S. (1995). A Estrutura das Revoluções Científicas, Tradução Beatriz Vianna Boeria e Nelson Boeira, São Paulo, Editora Perspectiva, 257 p.

Kilgore, Deborah W. (1999). Understanding learning in social movements: a theory of collective learning. *International Journal of Lifelong Education* 18 (3): 191-202.

LATOUR, Bruno. (1994). Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Rio de Janeiro: Ed. 34.

LATOUR, Bruno. (2001). La esperanza de Pandora: ensayos sobre la realidad de los estudios de la ciencia. Barcelona: Editora Gedisa.

LEVY, Pierre. (1999) Cibercultura. Tradução de Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed. 34, (Coleção TRANS).

- MARX, Karl. (2005). O capital: crítica da economia política. 20º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,.
- MARX, Karl; ENGELS, F. (1988). Manifesto do Partido Comunista. Tradução Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo.
- MELUCCI, Alberto; AVRITZER, Leonardo. (2000). Complexity, cultural pluralism and democracy: collective action in the public space. *Social Science Information & SAGE Publications* (London, Thousand Oaks, CA and New Delhi), 39(4), pp. 507±527.
- \_\_\_\_\_ (1999) Acción colectiva, vida cotidiana y democracia. El Colegio de México, 1999. Capítulo 1. Teoría de la acción colectiva. (Pag. 25-54)
- MENDONÇA, Maria Luíza. (1998). O significado dos protestos contra a OMC. *Correio da Cidadania. Internacional*. Ed. 173. de 30/11/1998 Acessado em 05/03/2018. <http://www.correiocidadania.com.br/antigo/ed173/internacional3.htm>
- MILLS, C. Wright. (1972). A imaginação Sociológica. Rio de Janeiro: Zahar Editores
- ORTELLADO, Pablo. (2013). Pablo Ortellado: experiência do MPL é “aprendizado para o movimento autônomo não só do Brasil como do mundo”. Entrevista ao Coletivo DAR. <http://coletivodar.org/pablo-ortellado-experiencia-do-mpl-e-aprendizado-para-o-movimento-autonomo-nao-so-do-brasil-como-do-mundo/>.
- PIKETTY, Thomas. (2013). O Capital no século XXI. Tradução de Mônica Baumgarten De Bolle. Rio de Janeiro, Intrínseca.
- RIBEIRO. Fernando Bessa. (2017) Uma Sociologia do Desenvolvimento. Húmus. Famalicão. Portugal.
- RODRIGUES, Clayton Emanuel. (2014). Nada sobre mim: a insubordinação da pessoa na democracia moderna. Universidade de Coimbra. Coimbra, 2014.
- SANTOS, Boaventura S. (2006). Globalizations. *Theory Culture Society*. 23;393-399. [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Globalizations\\_Theory\\_Culture\\_and\\_Society\\_2006.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Globalizations_Theory_Culture_and_Society_2006.PDF).

SANTOS, Boaventura Souza. (2003). *Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

\_\_\_\_\_. *Reinventar a democracia*. Lisboa, Gradiva (2ª edição), 1998.

SMITH, Adam. (1988). *Inquérito sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. São Paulo: Nova Cultural.

SPARAPANI, Priscila. (2011). O direito de resistência, a desobediência civil. e os movimentos sociais internacionais. *Cadernos de Direito*, Piracicaba, v. 11(21): 21-39, jul.-dez. 2011.

STENGERS, Isabel. (2002). *A invenção das ciências modernas*. São Paulo. Ed. 34.

STIRNER, Max. (2009). *O único e a sua propriedade*. São Paulo: M. Fontes.

TAYLOR, Charles. (2007). *Hegel and Modern Society*. Cambridge: Cambridge University Press.

TOURAINÉ, Alain (2006). Na fronteira dos movimentos sociais, *Sociedade e Estado*, 21(1).